

Despacho (extrato) n.º 4710/2016

Por despacho do Presidente do Conselho Diretivo de 07/03/2016:

Suzete Furtado Pereira Fernandes, Técnica de 1.ª Classe de Análises Clínicas e Saúde Pública, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Instituto — autorizado o regime de acumulação de funções privadas, ao abrigo dos artigos 22.º e 23.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, na HORMOFUNCIONAL — Centro de Hormonologia Funcional, L.ª, até 11 de novembro de 2016.

28 de março de 2016. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Fixelha*.

209475165

Despacho (extrato) n.º 4711/2016

Por despacho do Presidente do Conselho Diretivo de 10/03/2016:

Ana Paula de Assunção Benevides Rodrigues, Assistente Graduada da carreira médica hospitalar de Imuno-hemoterapia, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Instituto — autorizada a redução de uma hora do seu horário semanal (de 42 horas para 41 horas semanais), considerando o n.º 15 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2007, de 23 de fevereiro, e nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, com efeitos a 07 de março de 2016.

28 de março de 2016. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Beatriz Sanches Fixelha*.

209475124

Despacho (extrato) n.º 4712/2016

1 — Nos termos do n.º 1 do art.º 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi aberto procedimento concursal com vista ao provimento no cargo de direção intermédia de 1.º grau do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Formação do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P. (IPST, I. P.), através do Aviso n.º 202/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro, bem como na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta OE201601/0080.

2 — Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de seleção, o júri propôs, de acordo com o determinado no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a candidata Maria Beatriz Sanches Fixelha para desempenhar o cargo colocado a concurso.

3 — Conforme o disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, considerando que a candidata é detentora do perfil, competência técnica e experiência profissional adequados para o cargo a prover, como se evidencia pela nota curricular, que se publica em anexo, foi nomeada, por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do IPST, I. P., de 18/03/2016, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria Beatriz Sanches Fixelha, para o cargo de diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Formação.

4 — A presente nomeação produz efeitos à data da publicação no *Diário da República*.

Nota curricular**Dados Biográficos**

Nome: Maria Beatriz Sanches Fixelha
Data de Nascimento: 21 de julho de 1969
Estado Civil: casada
Nacionalidade: Portuguesa
Residência: Mafra

Formação Académica e outras:

Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Pós-graduação em Ciências Jurídico Públicas — Universidade Católica Portuguesa;

Frequência do Curso Superior de Gestão Bancária — Instituto de Gestão Bancária;

FORGEP Programa de Formação em Gestão Pública — INA;

Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública — INA;

Curso de Formação Profissional em Auditorias da Qualidade;

Curso de Alta Direção em Gestão de Unidades de Saúde para Gestores — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas — Universidade de Lisboa.

Experiência Profissional e outras funções desempenhadas:

— Exercício de Advocacia — com inscrição suspensa na ordem dos advogados por iniciativa própria devido ao exercício de funções públicas;

— Professora do Ensino Secundário da disciplina de Introdução à Política do curso complementar noturno;

— Técnica de Administração Tributária Adjunta Estagiária na Direção Geral dos Impostos;

— Técnica Superior de 2.ª Classe afeta ao Serviço de Pessoal e área jurídica do Instituto Português do Sangue (IPS);

— Membro do Núcleo de Apoio à Gestão do Parque de Saúde de Lisboa;

— Membro da Mesa da Assembleia Geral do LEMES;

— Técnica Superior de 1.ª Classe afeta ao Serviço de Pessoal e área jurídica do Instituto Português do Sangue (IPS);

— Técnica Superior Principal afeta ao Departamento de Administração Geral, Organização e Apoio Técnico do Instituto Português do Sangue, IP (IPS, IP);

— Diretora do Departamento de Administração Geral, Organização e Apoio Técnico do IPS, IP;

— Coordenadora do Gabinete Jurídico do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP (IPST, IP);

— Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Formação do IPST, IP;

— Designada pelo Conselho Diretivo para diversos grupos de trabalho e comissões.

29 de março de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Helder Fernando Branco Trindade*.

209475319

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS**Programa Operacional Assistência Técnica do Portugal 2020****Deliberação n.º 618/2016**

Nos termos conjugados dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 17 de janeiro, do artigo 25.º, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 28.º, todos do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, a Comissão Diretiva do Programa Operacional Assistência Técnica do Portugal 2020 (POAT 2020), reunida no dia 29 de fevereiro de 2016, deliberou:

1 — Delegar ao presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Assistência Técnica do Portugal 2020 (POAT 2020), António José Costa Romanos Dieb, as suas competências relativas à validação de despesa e autorização de pagamentos, previstas na alínea l) do n.º 1 do artigo 27.º e na alínea b) do n.º 2, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

2 — A presente delegação de competências produz efeitos desde 12 de agosto de 2015, conforme deliberação adotada pela Comissão Diretiva do POAT 2020 na referida data.

3 — Ficam ratificados todos os atos praticados pelo presidente da Comissão Diretiva do POAT 2020, no âmbito das competências delegadas, entre 12 de agosto de 2015 e a data da publicação da presente deliberação.

1 de abril de 2016. — A Comissão Diretiva do Programa Operacional Assistência Técnica do Portugal 2020: *António José Costa Romanos Dieb*, presidente — *Duarte Alexandre de Jesus Rodrigues*, vogal.

209481742

Deliberação n.º 619/2016

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) para o período de programação de 2014 a 2020 e define o regime de transição das autoridades de gestão dos programas operacionais (PO) do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para as autoridades de gestão dos PO do Portugal 2020.

O Programa Operacional de Assistência Técnica do Portugal 2020 (POAT 2020) foi aprovado pela Decisão da Comissão C (2014) de 18.12.2014.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, cabe a uma autoridade de gestão, com natureza de estrutura de missão, a responsabilidade de gerir, acompanhar e executar os diferentes PO.

Pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, foi criada a estrutura de missão do POAT 2020, a qual integra, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, uma comissão diretiva e um secretariado técnico.

Ainda de acordo com o artigo e diploma mencionados no parágrafo anterior a comissão diretiva é constituída por um presidente e um vogal